

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA: UMA ESTRATÉGIA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS SURDAS¹

PSYCHOLOGICAL INTERVENTION: A STRATEGY FOR THE SCHOOL INCLUSION OF DEAF CHILDREN

Rosário Martinho SUNDE²

RESUMO: O artigo tem como tema a intervenção psicológica como uma estratégia para a inclusão escolar das crianças surdas. É fruto das experiências socio-profissionais e tem como objetivo, trazer experiências da realidade escolar de escolas moçambicanas inseridas no processo de inclusão. A familiarização com esta realidade se deu a partir da orientação de atividades de estágios e práticas profissionais no curso de Psicologia Educacional da Universidade Pedagógica - Nampula, Moçambique. As crianças com deficiências auditivas são integradas em salas normais, com outras crianças; consideradas "normais", sob orientação do mesmo professor que, em muitos casos, não reúne condições técnicas e profissionais para acompanhar a aprendizagem dessas crianças. Ainda, as escolas não integram nesse processo psicólogos e outros profissionais afins, para garantir o diagnóstico e acompanhamento dos distúrbios associados à surdez como é o caso de agressividade, intolerância, individualismo, incapacidade intelectual, entre outros. Face a estas constatações, propõe-se um trabalho de equipe, entre pedagogos, psicólogos, profissionais de saúde, sem pôr de lado a família e outros elementos; sendo que, na falta de um, o processo poderá fracassar.

Palavras-Chave: Intervenção; inclusão; surdez.

ABSTRACT: The article has the theme of psychological intervention as a strategy for the school inclusion of deaf children. The same is the result of socio-professional experiences and aims to bring experiences of the school reality of Mozambican schools inserted in the process of inclusion. The familiarization with this reality was based on the orientation of internship activities and professional practices in the course of Educational Psychology of the Pedagogical University - Nampula, Mozambique. Hearing impaired children are integrated in normal classrooms with other children, considered to be "normal", under the guidance of the same teacher, who in many cases does not have the technical and professional conditions to follow the learning of these children. Yet, schools do not integrate psychologists and other related professionals into the process to ensure the diagnosis and follow-up of disorders associated with deafness, such as aggression, intolerance, individualism, intellectual disability, among others. Faced with these findings, it is proposed a team work, between pedagogues, psychologists, health professionals, without putting aside the family and other elements; and in the absence of one, the process may fail.

Keywords: Intervention; inclusion; deafness.

¹ Submetido em: setembro de 2018 | Aceito em: dezembro de 2021.

² Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS-Brasil). Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI/FACEFI). Mestre em Administração e Gestão Escolar pela Universidade Pedagógica-Nampula. Graduado em Psicologia Escolar pela Universidade Pedagógica Nampula. Docente de Psicologia da Universidade Rovuma. E-mail: rsundescanda@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a “Intervenção Psicológica: uma estratégia para a inclusão escolar das crianças surdas”, o qual consiste em promover a intervenção do psicólogo no processo de inclusão escolar de crianças portadoras de deficiências auditivas em turmas regulares. A abordagem enquadra-se na componente “oportunidades iguais na aprendizagem”, a “intervenção psicológica” constitui o seu objeto de estudo, na tentativa de explicar os conflitos existentes entre o professor e adaptações curriculares para crianças com deficiências auditivas em turmas regulares para proporcionar as estratégias de ensino e aprendizagem adequadas às necessidades educativas especiais.

Em Moçambique, o processo de inclusão e integração de crianças surdas em ambientes escolares tem uma história e oportunidades quase insignificantes, razão pela qual, o autor levanta a presente abordagem no intuito de alavancar o processo, garantindo o desenvolvimento psicossocial saudável dos surdos.

Nesse sentido, o estudo é resultado de constatações levantadas pelo autor durante as atividades de estágios psicológicos e profissionais e como docente de Necessidades Educativas Especiais do Curso de Psicologia Educacional da Universidade Pedagógica-Nampula. Espera-se, com o desenvolvimento do estudo, atingir uma melhora no que tange à integração de psicólogos e outros profissionais que atuam no campo da aprendizagem das crianças surdas e outras com NEE.

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS SURDAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

A questão de inclusão escolar de crianças surdas é uma preocupação do Sistema Nacional de Educação Moçambicano, do Psicólogo, do professor e das direções das escolas que pouco a pouco procuram melhorar a qualidade da educação. Na sociedade Moçambicana, existem muitas crianças cuja deficiência auditiva se manifesta desde o nascimento ou, ainda, ocorre em períodos tardios da sua vida. Como tal, as práticas educativas são infelizmente inadequadas às suas necessidades durante o processo de ensino e aprendizagem.

Esta realidade é vivenciada em muitas escolas na cidade de Nampula-Moçambique, com índice elevado de alunos portadores de deficiências auditivas sem apoio conveniente (intervenção psicológica) à sua situação, de modo a desenvolver a aprendizagem igual à dos outros colegas da turma regular.

A motivação para a pesquisa sobre a intervenção psicológica das crianças com deficiências auditivas é fruto de experiência acumulada e análises no processo de acompanhamento sistemático

das atividades de estágios e práticas psicológicas e profissionais dos estudantes do curso de Psicologia Educacional da Universidade Pedagógica-Delegação de Nampula, em diferentes escolas da cidade de Nampula. Ademais, o autor deste artigo, como docente da cadeira de Necessidades Educativas Especiais na universidade em referência, se identificou com algumas abordagens teóricas que impulsionaram para a análise do tema em destaque.

A modalidade de educação inclusiva constitui um impulso para a integração sociocultural de crianças com NEE³. Em Nampula e em Moçambique, em geral, o processo de integração de criança com NEE em escolas regulares é embaraçado pelas condições infraestruturais e a formação de professores e outros profissionais que em atividade conjunta intervêm no processo. Por outro, as escolas não oferecem serviços de avaliação, orientação e acompanhamento psicológico e nem se faz sentir a existência do psicólogo nas escolas.

Ainda, a motivação se sustenta pelas leituras de algumas literaturas como: avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (CARDOSO; CAPITÃO, 2007); a relevância da Psicologia na intervenção com sujeitos não-ouvintes e suas famílias (FREIRE; ARAGÃO, 2016); surdez infantil e comportamento parental (RODRIGUES; PIRES, 2012); as dificuldades do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência auditiva (SANTOS; ASSIS, 2015); psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas (MACÊDO; TORRES, 2016); Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula (NIELSEN, 1999); um guia para Professor e, das Crônicas da Surdez de Paula Pfeifer Moreira⁴ que fortemente influenciaram no interesse pelo tema, constituindo, desta forma, a base de inspiração literária.

Nesse sentido, fundamenta-se que:

Em 1923, as crianças surdas eram consideradas mentalmente inferiores às ouvintes, sob a justificativa de que a surdez também afetava o cérebro, causando retardo mental. Mais tarde, em 1953, passou-se a considerar que surdos e ouvintes possuíam desempenho intelectual similar, mas que os surdos eram mais ligados ao pensamento concreto e tinham menos raciocínios abstratos, dificultando a generalização do pensamento. Poucos anos depois, em 1960, afirmou-se que ambos os grupos eram iguais e que a ausência da fala não impediria o desenvolvimento intelectual do surdo. Moores (apud CARDOSO; CAPITÃO, 2007, p.136).

Os autores confirmam que a sociedade está a tomar consciência sobre a valorização dos direitos à educação e ao convívio social da pessoa portadora de deficiência auditiva. Esta posição ainda não se faz sentir na comunidade moçambicana onde muitas crianças não têm tido

³ Necessidades Educativas Especiais

⁴ Blogs sobre as Crônicas da Surdez. Disponível em: <http://cronicasdasurdez.com/paulapfeifer/>. Acesso em: 02 abril 2018.

oportunidades a educação e convívio familiar saudável. A situação se agrava ainda quando os próprios progenitores e familiares são os primeiros a marginalizá-las. Ainda, é mais preocupante quando as poucas crianças com deficiência auditiva com oportunidades no âmbito escolar, não dispõem de suporte psicológico para facilitar a sua adaptação e aprendizagem. Quer dizer, a atividade dos psicólogos nas escolas não se faz sentir, apesar de existirem cursos de psicologia em muitas universidades moçambicanas e outros profissionais formados no exterior.

Outra ideia muito importante a ser destacada considera que:

O uso da língua verbal acelera sim o desenvolvimento cognitivo, e justamente por ter dificuldade em sua apreensão é que a criança surda demora mais a construir certos tipos de conceitos e abstrações. Para que o indivíduo surdo amplie o seu potencial de conhecimentos, é necessário que o ambiente familiar possa ser estimulante, de acordo com suas capacidades e condições vivenciais. Ampliando-se as possibilidades do “surdo falar”, ampliam-se também suas possibilidades de estruturação da consciência. Então, como facilitar o processo de conscientização das pessoas acerca das diferenças entre as pessoas? Que viés devem adotar os psicólogos para colaborar com essa mudança? Kelman, (apud FREIRE; ARAGÃO, 2016, p.2)

A outra influência fundamenta que:

As crianças surdas são por vezes descritas como irritáveis, tímidas, introvertidas ou tensas, falam com um volume inapropriado, têm dificuldades de articulação da fala, apresentando assim uma grande quantidade de frustração e agressão. [...] A inteligência da criança surda não pode ser explicada pelos mecanismos da língua oral, seus símbolos criados envolvem estruturas próprias, aspectos visuais, sinestésicos e gestuais. O pensamento se desenvolve a partir do contato livre, sem que necessariamente haja um mesmo signo linguísticos envolvendo a todos (RODRIGUÊS; PIRES, 2012, p.390).

Portanto, o processo de inclusão dos alunos com deficiências auditivas deve responder mais do que colocar simplesmente o aluno numa escola regular. Implica um trabalho multissetorial dos profissionais, desde a família, o professor/ pedagogo, a direção da escola, o psicólogo e os profissionais de saúde. A inclusão deve corresponder a um processo em que as próprias escolas necessitam mudar e de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educativas especiais. Assim:

A grande maioria dos surdos não possui ou nunca teve acesso aos serviços psicológicos, seja por condições financeiras, ou unicamente porque o Sistema Único de Saúde precariamente oferece este tipo de atendimento. A oferta é precária, sem profissionais capacitados para essa especialidade, pois raros são os psicólogos que têm interesse por esse novo desafio de aprendizagem da língua de sinais, mesmo sendo indispensável ao trabalho terapêutico com os surdos, GONÇALVES (apud SANTOS; ASSIS, 2015, p.25).

Na visão de Paulo Cesar S. Gonçalves⁵ acerca do atendimento psicológico para surdos considera-se que:

A terapia com surdos é uma tarefa penosa, que requer muita dedicação e paciência, pois além do surdo, o trabalho se estende à família, um dos principais focos dos conflitos da pessoa surda. Poucos se dão conta da dimensão do sofrimento psicológico e moral do surdo. A falta de comunicação, o isolamento, o preconceito, fazem do surdo um ser dependente do ouvinte, ainda que tenha conseguido avançar em sua educação e desenvolvimento cognitivo. Essa dependência reduz sua auto-estima, produzindo conflitos que muitas vezes são interpretados equivocadamente como comportamentos típicos do surdo, como: agressividade, intolerância, individualismo, incapacidade intelectual, quando na verdade essa visão resulta do desconhecimento do mundo dos surdos. Contudo, não se pode negar que a cada dia os surdos progredem em suas conquistas e afirmação como cidadãos.

A intervenção psicológica proporciona uma convivência saudável das crianças com NEE e às suas famílias, garantindo um ambiente familiar e escolar integral. Geralmente, esses serviços iniciam-se durante a avaliação da criança e têm como finalidade determinar o seu funcionamento intelectual, comportamento, as dificuldades de aprendizagem específicas e as perturbações emocionais. Portanto, esses serviços podem ainda ajudar os pais e outros membros da família da criança com NEE a perceberem o seu problema e a compreenderem o impacto que ele possa vir a ter nas suas vidas e na da própria criança. Esta ideia se fundamenta nos seguintes escritos:

A Psicologia e a Medicina tiveram um papel importante na compreensão da surdez ao estabelecerem padrões de normalidade para diversos aspectos da vida humana e indicarem como consequência, os comportamentos desviantes. Com base nos desvios, percebia-se a surdez como deficiência e o trabalho a ser feito deve seguir um modelo clínico-terapêutico de surdez centrado na reabilitação. Nesse contexto, a Psicologia era buscada como meio de adaptação, de cura, de normalização. Na contemporaneidade, a surdez é compreendida pelos profissionais de psicologia como diferença cultural. Os surdos procuram afirmar as suas identidades, evidenciando que são membros de uma minoria linguística e cultural que tem normas e valores distintos (MACÊDO; TORRES, 2016, p.1156).

Em outra análise, “o professor da classe regular terá de alterar as estratégias a que recorre, bem como o ritmo de ensino, os conteúdos do curso e os métodos de avaliação, de forma a dar resposta à necessidades especiais de aprendizagem do aluno” (NIELSEN, 1999, p.43). Portanto, as adaptações de acesso ao currículo devem contribuir para modificações nos materiais, sistemas de comunicação ou na previsão dos recursos especiais para possibilitar que os alunos com deficiências auditivas possam desenvolver o currículo ordinário ou adaptado. Em sala de aula, o professor deve fazer mudanças para atender as necessidades individuais dos seus alunos, mudando

⁵ Disponível em: <http://psisurdos.blogspot.com/p/atendimento-psicologico-para-surdos.html>. Acesso em: 02 abril 2018.

assim os objetivos, conteúdos, critérios de avaliação, metodologias e materiais de apoio. O professor deve evidenciar a individualização do ensino.

Enquanto as Crônicas da Surdez de Paula Pfeifer Moreira foram valiosas ao afirmar que através da experiência no atendimento psicológico a deficientes auditivos ao longo dos anos, observou o sofrimento de alguns deles e as dificuldades que enfrentam diante de um mundo ainda em transformação, percebeu que existe uma grande diferença entre aceitação e aprovação. Independentemente do caminho escolhido, ou do caminho possível, seja por meio da Língua Oral exclusiva, das LIBRAS ⁶ ou do Bilinguismo, tem observado que a busca pelo desenvolvimento global se inicia com mais enfoque nos aspectos cognitivos do que nos emocionais, o que é natural numa sociedade voltada para a produtividade. Com isso, o grande questionamento da família nos primeiros anos de tratamento e acompanhamento da deficiência auditiva ocorre em relação à aquisição da leitura e escrita, o aprendizado escolar e, no futuro, a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, defende-se que:

A educação inclusiva deve observar algumas estratégias de intervenção psicopedagógica. A intervenção psicopedagógica a alunos com deficiências, é a tentativa de respostas às necessidades educativas equacionadas com o conjunto de experiências que se constroem a partir das realizações iniciais e da observação dos seus ambientes de aprendizagem e que tenham por fim a maximização das suas aprendizagens acadêmicas e sociais (CORREIA, 2008, p, 90).

A Psicologia Inclusiva serve como instrumento norteador para estudantes e profissionais desde a conscientização até a capacitação dos mesmos no que se diz respeito à oferta de atendimento psicoterapêutico nas clínicas psicológicas, além de estimular a busca por compreender e obter conhecimento para utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos atendimentos (MACÊDO; TORRES, 2016, p.1156).

Portanto, foram essas visões e outras que impulsionaram o proponente em direção a este estudo, partindo da consciência de que é um assunto explorado por grandes pensadores e pesquisadores sob várias perspectivas. Contudo, o proponente centra o estudo nos alunos com deficiência auditiva e nas oportunidades de apoio psicológico adaptado pelas escolas da cidade de Nampula-Moçambique.

CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA QUANTO À MANIFESTAÇÃO

A surdez possui duas formas de manifestação: a deficiência auditiva pode manifestar-se em surdez leve ou moderada e surdez severa ou profunda. A surdez leve ou moderada: é aquela

⁶ Língua Brasileira de Sinais

em que a perda auditiva é de 70 decibéis⁷, não impedindo o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de um aparelho auditivo (CAVALGANTE, 2005, p. 38).

Os indivíduos com esse tipo de perda de audição podem exibir padrões de fala normais, nesse caso, estes podem apresentar dificuldades em perceber produções orais cuja intensidade de som é baixa, assim como podem ter quando elas ocorrem a uma distância, e podem ter dificuldades em compreender ideias abstratas, bem como conceitos, o aluno pode ser incapaz de acompanhar grandes debates do que é dito, incapaz de participar dos debates que tiverem lugar na sala de aula, escola ou no meio em que estiver inserido. A Surdez severa ou profunda é a perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir naturalmente o código da língua oral.

O indivíduo com essa situação de perda da audição e que não usa um aparelho auditivo, terá uma capacidade reduzida de perceber diálogos, uma vez que a fala se desenvolve como resultado direto da audição, a criança nessas condições pode apresentar atraso na fala, assim como expressividade reduzida em termos de vocabulário, e inadequação da estrutura da linguagem, portanto, a criança com perda severa de audição pode não produzir quaisquer palavras, apesar de ser possível produzir vocalizações poucos sons serão reconhecidos como palavras (NIELSEN, 1999, p. 45). Nestes termos, as crianças com problemas de audição necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para correção e desenvolvimento da fala e da linguagem.

Neste contexto, o professor deve ter a capacidade de descobrir o tipo de surdez que o aluno possui e procurar a metodologia adequada como forma de fazer com que todos os alunos entendam o conteúdo.

PROGRAMAÇÃO EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

Para o ensino de alunos com deficiências auditivas, recorre-se a uma programação educacional individualizada (PEI). Esta programação deve ter por base a flexibilização curricular, podendo recorrer a ajustamentos e adaptações curriculares mais ou menos generalizadas, ensino e aprendizagem em cooperação e às tecnologias de informação e de comunicação.

⁷ O decibel (dB) é uma medida da razão entre duas quantidades, sendo usado para uma grande variedade de medições em acústica, física e eletrônica. O decibel é muito usado na medida da intensidade de sons. É uma unidade de medida adimensional, semelhante à percentagem.

A fase de programação deve poder contar com um conjunto de serviços, muitos deles especializados devendo tornar-se, sempre plural e interdisciplinar apoiando-se nas necessidades do aluno através de identificação das áreas que venham a beneficiar-se com uso de estratégias e catividades específicas ou seja, a programação deve basear-se não só na informação acerca das áreas fortes e necessidades do aluno, mas também na informação que dita o desfasamento entre as capacidades do aluno e as expectativas do contexto educacional em que está inserido (CORREIA, 2008, p. 90-91).

O conjunto de serviços a que o autor se refere, trata-se de cada uma das intervenções prestadas por cada um dos domínios que se inserem na esfera de educação especial (educacional, psicológico, terapêutico, social e clínico).

a) Serviços educacionais – O objetivo principal dos serviços educacionais é o da assegurar uma programação educativa apropriada que tenha em conta as capacidades e necessidades da criança com necessidades educativas especiais que vise à facilitação das suas aprendizagens. Na programação educacional individualizada, os conteúdos devem considerar:

- A descrição de áreas fortes, necessidades e estilos de aprendizagem do aluno, fazendo uso da informação providenciada por todos os participantes (elementos da equipe multidisciplinar), incluindo os pais e próprio aluno;
- Estabelecer um conjunto de metas finais para o aluno, ou seja, articular comportamentos e aptidões que se esperam deste quando deixar de ter apoios especializados ou finalizar o seu percurso escolar. Permitir que se estabeleça um conjunto de objetivos de longo prazo e explorar os serviços transacionais de que o aluno pode vir a necessitar.
- Estabelecer objetivos globais na programação educacional individualizada do aluno, baseados no conhecimento do seu nível de realização atual e do que se pretende que ele venha atingir.
- Estabelecer objetivos específicos que permitam atingir os objetivos globais, considerando assim critérios, procedimentos de avaliação;
- Usar a informação recolhida por meio de procedimentos de avaliação sucessivos para se determinar a eficácia de PEI.

b) Serviços Psicológicos – Os serviços psicológicos são prestados por psicólogos (educacionais, clínicos) que proporcionam atendimento às crianças com NEE e às suas famílias, quando necessário. “Geralmente, esses serviços iniciam-se durante a avaliação da criança e têm como finalidade determinar o seu funcionamento intelectual, comportamento, as dificuldades de aprendizagem específicas e as perturbações emocionais” (CORREIA, 2008, p. 79). Portanto, esses serviços podem ainda ajudar os pais e outros membros da família da criança com NEE a

perceberem o seu problema e a compreenderem o impacto que ele possa vir a ter nas suas vidas e na da própria criança.

c) Serviços Terapêuticos – Esses serviços congregam as intervenções destinadas a melhorar o comportamento da criança em determinadas áreas do seu desenvolvimento. “As formas mais comuns de tratamento dizem respeito à fisioterapia, à terapia ocupacional, à terapia da fala/linguagem e à terapia respiratória” (CORREIA, 2008, p. 80). No caso das crianças com problemas de audição, é usada a forma de terapia da linguagem, sendo que na intervenção pode recorrer o treino auditivo ou desenvolvimento de um sistema de comunicação que faça uso dos sons, gestos ou sinais manuais (CORREIA, 2008, p.79).

d) Serviços Sociais – Os serviços sociais, para além de serem essenciais na recolha de informação de modo a lhe permitir a elaboração da história compreensiva da criança, destina-se também a apoiar as famílias das crianças com NEE a lidar com as exigências e problemas com que têm de se confrontar para atender às suas necessidades. Assim sendo, a severidade do problema da criança, a capacidade dos pais em lidar com o problema, os serviços e recursos disponíveis (financeiros e humanos), as IPSS (associações, agências, creches;) existentes, implementação de programações, entre outros, são campos de ação em que o técnico de serviço social se deve mover.

e) Serviços Clínicos – Trata-se de intervenção médica, os serviços devem ser prestados por um médico. Nas escolas atuais, para além da possibilidade de se poder recorrer a uma variedade de serviços (psicológicos, terapêuticos, sociais e clínicos), é importante que não se considere que o aluno tem um caminho definido a percorrer, traçado, essencialmente, por um conjunto de exigências curriculares predeterminadas. Devem ser as características e necessidades dos alunos a determinar o currículo a considerar, flexibilizando-se o trabalho em grupo e apresentando-se os assuntos de uma forma mais concreta e significativa possível para estimular a participação.

Mas, o que se tem notado, na realidade, é a falta de um trabalho em equipe que envolva outros profissionais como psicólogo, psiquiatra, médico e até os pais e encarregados de educação; o professor trabalha sozinho e pouco faz esforço para perceber o desenvolvimento cognitivo da criança. Por outro, o currículo de formação de professores não aborda as necessidades educativas especiais e a inclusão de forma consistente, o que pode condicionar limitações na atividade e na compreensão dos comportamentos associados à surdez, como é o caso da agressividade, intolerância, individualismo, incapacidade intelectual entre outros. Todavia, os professores escolhem suas metodologias a usar em salas de aulas regulares sem ter em conta alunos com deficiências auditivas.

É neste propósito que, ao se propor intervenções a partir de um órgão tido como falho, no caso o ouvido, o qual necessitava de reabilitação para “adaptação” ao meio - a psicologia colocou

o surdo na dimensão 7 da medicina, onde o corpo físico é privilegiado, levando à procura minuciosa das causas orgânicas, deixando de lado o aspecto subjetivo do corpo, reforçando as manipulações puramente corporais do surdo, reduzindo-o a um órgão [no caso um ouvido], tornando-o um corpo máquina que precisa continuar funcionando a todo custo, apesar de uma peça estar defeituosa (DALCIN, 2009, p. 8). No entanto, a escola não pode trabalhar sozinha sem a intervenção da família, do psicólogo, médicos e outros profissionais para a reabilitação e integração da criança surda no processo educativo. É assim que o autor deste artigo, considera como uma componente importante um trabalho de equipe onde a presença do psicólogo complementa a socialização e eleva a autoestima da criança portadora de surdez.

Outrossim, fundamenta-se que os profissionais que realizam intervenção precoce (antes dos 6 meses de vida) devem não só ser sensíveis às demandas da família, mas também devem ser cuidadosos com a qualidade das relações entre os membros desta e sua relação com a comunidade, pois o maior objetivo da intervenção é auxiliar o bem-estar familiar para melhorar a sua qualidade de vida (OLIVEIRA, et al, 2013, p.89).

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA PARA AS CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

Tirando a figura do pai ou mãe, professores e outros intervenientes pedagógicos, o psicólogo aparece neste campo como profissional para perceber e identificar o nível cognitivo em que a criança está. Além do exercício de escuta, ele recorre a alguns instrumentos como testes psicológicos para ajudar a criança, a escola e pais a encontrarem um caminho para a socialização da criança. Por essa razão, o recurso à avaliação psicológica.

EXERCÍCIO DE ESCUTA

O exercício de escuta se coloca como um meio para o profissional achar o nível de perturbação auditiva que atinge a criança. Esta componente pode ser desenvolvida pelos pais ou encarregados de educação e professores, uma vez que convivem e ficam muito tempo com a criança; ou ainda por um profissional como é o caso do psicólogo ou médico.

Relacionado ao exercício de escuta, a observação do brincar de crianças surdas em atividades livres, como forma de identificar o nível da perturbação, porque a busca dos dados no cotidiano das crianças ajuda o fonoaudiólogo em suas atividades profissionais (OLIVEIRA, et al, 2013). Portanto, é nessas atividades livres e nas brincadeiras da criança; que o profissional poderá explorar no seu máximo a relação criança – objeto ou realidade que o circunda.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica é um instrumento que ajuda o psicólogo a aferir os transtornos adicionais à surdez e as possibilidades cognitivas da criança para se envolver no processo de educação e socialização. Muitas vezes, por ignorância das pessoas, sobretudo dos pais e encarregados da criança, tem existido a falta de colaboração, pautando, assim, por comportamentos negativos o processo de diagnóstico e interajuda para perceber a criança.

Assim, na busca de conhecimento sobre as deficiências auditivas em crianças no processo de aprendizagem, pode-se recorrer entre tantos instrumentos, desde o histórico da criança, observação até entrevistas psicológicas, sempre envolvendo grande número de testes psicológicos. Um exemplo mais prático para este tipo de estudo, é o uso da avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, a audiologia e terapia de fala que muitos autores fundamentam como caminhos ideais para aferir o nível de perturbação auditiva.

A avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister permite conhecer aspectos da personalidade de quem é examinado e ser útil na avaliação de crianças com dificuldades de comunicação, tais como os surdos. Este estudo objetiva verificar evidências de validade da técnica no contexto da surdez e analisar possíveis influências dos modelos educacionais nas crianças surdas (CARDOSO; CAPITÃO, 2007).

Por outro, a audiologia e terapia de fala, constituem outras estratégias de testagem e busca de conhecimento sobre as funções auditivas das crianças, envolvendo assim a prevenção, diagnóstico, reabilitação e inserção social. O audiologista utiliza técnicas acústicas, psicoacústicas e eletrofisiológicas, tanto na criança como no adulto, a fim de estudar o funcionamento dos sistemas auditivo e vestibular. A Terapeuta da Fala realiza a prevenção, avaliação, intervenção e estudo científico das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita, mas também outras formas de comunicação não verbal.

O rastreio de problemas auditivos, envolve tipicamente uma observação sistemática do comportamento e/ou desempenho em testes de função auditiva com objetivo de identificar os indivíduos em risco (SANTOS, et al, 2010). Para estes autores, o rastreio pode ser conduzido por médicos otorrinolaringologistas, com auxílio dos audiologistas, terapeutas da fala, psicólogos e outros, utilizando uma ampla variedade de testes para avaliar as competências auditivas. Estes propõem cerca de quatro (4) tipos de testes comportamentais para avaliar as competências auditivas nas pessoas portadoras de deficiência auditiva: testes monaurais de baixa redundância, testes dicóticos, testes de processamento temporal e testes de interação binaural.

Testes monaurais de baixa redundância; avaliam segundo esses autores a capacidade do ouvinte em realizar o fechamento auditivo, a figura-fundo e a discriminação quando uma parte do sinal auditivo está distorcida ou ausente; são exemplos o teste no ruído, teste pediátrico de inteligibilidade de fala com mensagem competitiva ipsilateral, teste de identificação de sentenças sintáticas, teste de fala filtrada e fusão binaural.

Testes dicóticos avaliam habilidades de análise-síntese auditiva, memória auditiva e figura-fundo para sons verbais. Envolvem a apresentação de estímulos diferentes simultaneamente aos dois ouvidos. Avaliam a integração e a separação binaural, ou seja, a capacidade do ouvinte para repetir tudo o que ouviu ou para dirigir a atenção para um só ouvido. Destes são exemplos, teste de dissílabos alternados, sons ambientais competitivos e o teste de localização sonora.

Testes de processamento temporal avaliam as competências auditivas de ordenação, discriminação, resolução e integração temporal. São exemplos, o teste de reconhecimento do padrão de frequência, teste de reconhecimento do padrão de duração e teste de detecção de intervalo aleatório.

Testes de interação binaural avaliam a competência do sistema nervoso auditivo central para processar informação díspar, mas complementar, apresentada aos dois ouvidos. Diferente dos testes de audição dicóticos, as informações apresentadas a cada ouvido constituem juntas a mensagem completa, necessitando a integração das duas para que o todo seja percebido. Exemplos destes são: teste do limiar diferencial de mascaramento e teste de fusão binaural.

Em suma, estes e outros instrumentos psicológicos, apresentados por esses autores, podem subsidiar o profissional no atendimento às crianças portadoras de surdez e outros transtornos que impedem a sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo advoga a necessidade de intervenção psicológica nas crianças surdas em processo de inclusão escolar. Nestes termos, a atividade do psicólogo e dos profissionais de saúde deve primar pelo exercício da identificação das perturbações associadas à audição e à aprendizagem. A partir deste pressuposto, desenhar-se-á um plano de orientação e acompanhamento psicológico.

A inclusão dos alunos surdos na escola regular tem gerado debates quanto à diferença linguística. Algumas pessoas alegam que o aluno surdo não compartilha uma língua comum com os seus colegas e ficam em desigualdade linguística na sala de aula, por isso sem garantia de acesso aos conhecimentos. Esta situação só poderá ser ultrapassada; se as escolas que recebem alunos surdos; integrarem nos seus programas a intervenção do psicólogo e outros profissionais da saúde para apoiar no acompanhamento do desenvolvimento psicossocial dessas crianças.

É necessário que os professores do ensino regular proporcionem situações de interação entre o aluno surdo e os demais alunos, para que isso desperte neles a motivação. A escola deve-se organizar-se de modo que os professores e os alunos compartilhem o conhecimento. Os alunos surdos possuem uma linguagem riquíssima que deve ser compartilhada com os alunos ouvintes. Assim sendo, a inclusão do surdo só será possível quando forem observadas suas necessidades especiais e que se estabeleça uma metodologia específica que garanta sua relação, comunicação e o desenvolvimento de seus valores sociais.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Lucila Moraes; CAPITÃO Cláudio Garcia. **Avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister**. Psico-USF, v. 12, n. 2, p. 135-144, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v12n2/v12n2a02.pdf>. Acesso em: 02 abril 2018.
- CAVALGANTE, J. **Educação Inclusiva e Escolarização dos Surdos / Integração**, editora Corde, São Paulo 2005, p.38
- CORREIA, L.M. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais**: Um guia para educadores e professores. Porto editora. 2 ed., Lisboa, 2008, p. 79-91
- DALCIN, Gladis. **Psicologia da Educação de Surdos**. Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2009, p.8. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/psicologiaDaEducacaoDeSurdos/assets/558/TEXTObase_Psicologia_2011.pdf. Acesso em: 03 abril 2018.
- FREIRE, Bruno Pinto; ARAGÃO, Melina de Andrade. **A relevância da Psicologia na intervenção com sujeitos não-ouvintes e suas famílias**. UNIFOR, 2016. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/515.%20a%20relev%C2ncia%20da%20psicologia%20na%20interven%C7%C3o%20com.pdf. Acesso em: 02 abril 2018.
- FONSECA, V. **Educação Especial**: Programa de Estimulação Precoce. Uma Introdução às Ideias de Feuerstein. 2 ed., Porto Alegre, 1995.
- MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Cláudia Regina Vaz. **Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas**. 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva, Porto Alegre, 1150-1162, 2016. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf>. Acesso em: 02 abril 2018.
- NIELSEN, Lee Brattland. **Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula**. Um Guia para Professor. Edit. Porto. Portugal. 1999, p.43
- OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de. et al. **O impacto do diagnóstico de surdez infantil e suas repercussões na vida da criança e de seus familiares**. Brasil: UFSM, Disciplinary Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 81-94, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/18192966/Downloads/1748-4849-1-SM.pdf>. Acesso em: 02 abril 2018.

RODRIGUES, Ana Filipa; PIRES, António. **Surdez infantil e comportamento parental**. *Análise Psicológica* (2002), 3 (XX): 389-400, 2012, Disponível em: <https://www.mais-psi.com/sites/default/files/publications/Surdez%20infantil%20e%20comportamento%20parental.pdf>. Acesso em: 02 abril 2018.

SANTOS, L. et al. **Perturbação do processamento auditivo central**: contributo dos audiologistas e dos terapeutas da fala. Porto Alegre, 2010.

SANTOS, Jonas F.; ASSIS, Monique Ribeiro de. **As dificuldades do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência auditiva**. *Educativa Especial, Fortaleza. Anais eletrônicos*, v. 3, n. 1, p. 23-33. 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Sunde/Downloads/616-2176-1-PB\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sunde/Downloads/616-2176-1-PB(1).pdf). Acesso em: 02 abril 2018.